

**ATA**

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador César Manuel de Castro Machado, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Manifestou preocupação com a incapacidade hoteleira de Guimarães face ao aumento de visitantes, especialmente no ano da Capital Europeia da Cultura. A propósito, lamentou a falta de incentivo da Câmara Municipal nesta matéria, apontando como caso recente a unidade hoteleira que se anunciou para a Rua Dr. José Sampaio, cujo projeto haveria de ser transformado em apartamentos. Questionou, ainda, as obras da unidade hoteleira em construção na Avenida Conde de Margaride referindo que já há cerca de dois meses que as obras parecem paradas. Acrescentou que a esta preocupação tem que ver também com a localização da referida obra, visto situar-se junto de dois importantes empreendimentos da Capital Europeia da Cultura: a Plataforma das Artes e a Casa da Memória. **2 –**

Vereadora Luísa Oliveira – a) - Disse ser porta-voz de um grupo de jovens e alunos da CERCIGUI que estão a participar num projeto europeu onde a arqueologia é usada como ferramenta de inclusão e de acesso a museus e outros eventos relacionados com o património histórico e cultural, aproveitando para referir que numa visita efetuada há um ano atrás souberam que o pinheiro manso, que se encontra junto da sala de conselho, se encontrava doente. Acrescentou que numa segunda visita constataram que não teria melhorado, solicitando, assim, o tratamento mais adequado para aquele espécime; **b)** - Transmitiu a pretensão de uma cidadã surda que descobriu, através de pesquisas documentais efetuadas informalmente pela Sociedade Martins Sarmento, ter existido uma Escola de Surdos em Guimarães, considerando ser muito importante que, em plena Capital Europeia da Cultura, o local seja assinalado com esse facto, bem como noutros documentos ou guias sobre o concelho. **3 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a)** - Disse ter lido no jornal “Notícias de Guimarães” que a Câmara Municipal não iria dar tolerância de ponto aos seus trabalhadores no Carnaval, referindo discordar desta decisão, que lamentou; **b)** - Quis saber qual a posição da Câmara Municipal quanto à legislação sobre a reorganização administrativa. **4 – Vereador Amadeu Portilha –** Disse que, no âmbito da candidatura de Guimarães a Cidade Europeia do Desporto, a delegação da Associação das Capitais Europeias do Desporto comunicou que a pré-candidatura foi aceite e que Guimarães atingiu já o estatuto oficial de Cidade Candidata, tendo sido entregue, em nome do Presidente da ACES, Francesco Lupatteli, uma placa que atesta o referido estatuto. **5 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre o turismo disse que os empresários com capacidade para investirem na hotelaria não



acreditaram nas potencialidades da CEC 2012. Esclareceu, ainda, outras questões ligadas aos processos em causa, manifestando a sua convicção de que o hotel em construção na Avenida Conde de Margaride possa estar concluído em meados deste ano, por ocasião da inauguração da Plataforma das Artes, no dia 24 de Junho; **b)** - Sobre o pinheiro manso localizado na Citânia de Briteiros, disse que a Câmara Municipal apoiava a Sociedade Martins Sarmento para gerir estes espaços, pelo que se for necessário os próprios serviços da Câmara atuarão no sentido de proteger aquela árvore. **c)** - Sobre a tolerância de ponto, disse, por um lado, que as Câmaras Municipais próximas geograficamente não iriam conceder tolerância de ponto, e, por outro, que Guimarães não tem uma forte tradição do Carnaval, pelo que entendeu tomar a mesma posição daqueles municípios; **d)** - Sobre a reorganização administrativa disse aguardar que seja publicada legislação definitiva sobre o assunto para, assim, poder atuar em conformidade. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

VOTO DE PESAR – JOSÉ RIBEIRO – “Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento de José Ribeiro, fundador da empresa Cutipol e figura maior da vida económica, social e cultural do nosso Concelho. De facto, se é certo que José Ribeiro é amplamente reconhecido pelo sucesso da sua carreira empresarial, ao longo da qual criou, desenvolveu e consolidou uma das mais prestigiadas indústrias de cutelarias do mundo, é inteiramente justo que nesta hora relevemos igualmente a sua ação, igualmente relevante, embora discreta, na área social, através do apoio às inúmeras instituições do Concelho que sempre

puderam com a sua solidariedade e generosidade. Do mesmo modo, lembramos nesta hora de mágoa o homem de cultura que apoiou as artes e que se associou a tantas realizações culturais, criando paralelamente uma das mais importantes bibliotecas privadas da região. A partida deste Vimaranense que, com a sua ação, levou o nome de Guimarães às quatro partidas do mundo foi sentida com muita saudade, primeiramente pela sua Família, mas também pelos trabalhadores, amigos e admiradores que, ao longo do seu percurso, tiveram o privilégio de o conhecer. Em nome do Município, dos Vimaranenses e em meu nome pessoal apresento à Família enlutada as nossas sentidas condolências, expressas neste Voto de Pesar aprovado unanimemente pela Câmara Municipal de Guimarães na sua reunião de 16 de fevereiro de 2012”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----INFORMAÇÕES-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que o Presidente do Bundestag, Norbert Lammert, visitou Guimarães na passada quarta-feira. Disse, ainda, que no decorrer da visita foi elucidado sobre o processo organizativo do evento, esteve na Sociedade Martins Sarmento, visitou as obras na zona de Couros e do Campurbis e assistiu a um ensaio da Orquestra Estúdio, tendo manifestado a sua satisfação pela qualidade do trabalho que está a ser desenvolvido; **2** – Disse que o Presidente da Áustria visitará Guimarães no próximo dia 13 de Abril, no âmbito da Capital Europeia da Cultura; **3** – Disse haver preparativos para outras visitas de personalidades importantes, nomeadamente de embaixadores dos países africanos em Portugal, deslocação que está a ser preparada pela Embaixadora da África do Sul em Portugal. Anunciou, ainda, que está a ser agendada uma outra visita a Guimarães de personalidades



brasileiras, representativas de várias entidades daquele país; **4** – Deu conhecimento do início dos trabalhos de instalação da Fonte do Carmo e da Fonte Vitória; **5** – Lamentou a situação de anormalidade em que tem vindo a funcionar o Centro Hospitalar do Alto Ave, estando há cerca de 9 meses com um Conselho de Administração que não está completo; **6** - Disse querer deixar uma nota de agradecimento e incentivo aos dadores de sangue de Guimarães, que se constituem como uma das melhores instituições de sangue do país. **7** – Da carta de agradecimento do Presidente da Comissão Europeia pela forma como foi recebido na inauguração da CEC 2012; **8** – Da carta de agradecimento do Penitenciário-Mor da Santa Sé D. Manuel Monteiro de Castro pela aprovação em reunião de Câmara de 19 de janeiro último de um Voto de Congratulação por ter sido designado para chefiar um dos três tribunais da Cúria Romana, bem como pelo anúncio da realização de um Consistório no qual será designado como Cardeal; **9** – Da Celebração do Carnaval com mais de 700 idosos no Pavilhão Multiusos, no dia de ontem, com a presença de 30 instituições do Concelho. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento para 2012, que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria Geral da Câmara Municipal. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 2012 – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo

juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. O Presidente da Câmara apresentou a seguinte **declaração de voto**: "Na ata da reunião da Câmara Municipal do passado dia 19 de janeiro não foram incluídas declarações de voto apresentadas sobre dois pontos da ordem de trabalhos pelos Vereadores do Partido Social Democrata, dado que as mesmas foram entregues fora do prazo determinado por consenso na referida reunião, e que definia como limite para a sua apresentação o dia da sua realização. A Lei n.º 169/99 (Organização e Funcionamento das Autarquias Locais) não impõe prazos para essa apresentação e, até ao passado dia 19 de janeiro, tal não se tinha tornado necessário. Nessa reunião foi definido por consenso que a entrega das declarações de voto ocorreria até ao final desse dia. Tal consta da ata em minuta votada nessa reunião por unanimidade. As declarações de voto dos Vereadores do Partido Social Democrata não foram entregues nesse prazo, não cumprindo o estabelecido na reunião. Assim sendo, e sob pena dos acordos estabelecidos serem violados e ultrapassados, as mesmas declarações de voto não foram incluídas na ata. Na base dessa decisão não esteve em causa a possibilidade, ou não, de integrar essas declarações entregues antes da elaboração da ata. É evidente que um documento entregue fora de prazo pode, muitas vezes, ser aceite sem prejuízo material. Mas não são essas as regras administrativas. A sua aceitação fora de prazo violaria o cumprimento de uma deliberação unânime que determinou que todas as declarações de voto teriam de ser entregues no próprio dia da realização da reunião. As reuniões dos órgãos municipais são reguladas pela lei geral, mas também por normas definidas pelos órgãos, que quando são sobre o funcionamento global do órgão se denominam de regimento, mas que se forem pontuais



têm igualmente de ser cumpridas. Essas normas não podem violar a lei geral, mas podem particularizar métodos de funcionamento que se tornem necessários pela especificidade do órgão. Foi o caso da norma votada por unanimidade que estabeleceu o dia da realização da própria reunião para a entrega das declarações de voto, o que obrigava ao seu cumprimento. Não houve assim, ao contrário do que é afirmado na declaração de voto entregue pelos Senhores Vereadores do PSD, qualquer livre arbítrio do Presidente da Câmara na decisão tomada, mas sim o cumprimento da deliberação do órgão Câmara Municipal, aliás votada por unanimidade, apesar de tal não ser exigível, dado que igualmente qualquer deliberação votada por maioria obriga ao seu cumprimento, desde que respeite, e sempre respeitará, a lei geral. O respeito pelas normas acordadas é um princípio fundamental para qualquer reclamação. Só esse respeito concede autoridade para a exposição de razões e para considerações sobre o procedimento de terceiros". -----

OBRAS PÚBLICAS – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA DE CÓNEGOS E DO CENTRO ESCOLAR DE RONFE –
RESPOSTA À RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA
APRESENTADA PELO INTERESSADO "DST – DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA" – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 30 de janeiro de 2012, que indeferiu a reclamação administrativa apresentada pelo interessado "DST – Domingos da Silva Teixeira, SA", que se anexa como **Doc. 1**, nos termos e fundamentos constantes da informação prestada pela Chefe de Divisão de Empreitadas, que igualmente se anexa como **Doc. 2**. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

OBRAS PÚBLICAS – EMPREITADA DE “RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL (CALDELAS) PARA CENTRO ESCOLAR” – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, em anexo, datado de 8 de fevereiro de 2012, que indeferiu o pedido de prorrogação do prazo para execução da obra apresentado pela Sociedade de Construções Guimar, SA, bem como determinou a rescisão do contrato da empreitada identificada em epígrafe. O referido despacho dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – FESTAS EM HONRA DE S. PEDRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Dezembro de 2011, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Serzedelo um apoio no valor de €21,90 destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Pedro, realizadas nos dias 10 e 11 de Julho de 2011. Contudo, aquele apoio dizia respeito à comparticipação para as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Pedro, realizada nos dias 10 e 11 de Julho de 2010, pelo que se propõe a retificação da deliberação de Câmara de 7 de dezembro de 2011 no que diz respeito à data de realização das referidas festas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SILVARES – FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente a seguinte proposta: “A



Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 5 de janeiro de 2012, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Silvaes um apoio no valor de €15,78, destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2011. Contudo, aquele apoio dizia respeito à comparticipação para as despesas com a ligação à rede de iluminação públicas das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2010, pelo que se propõe a retificação da deliberação de Câmara de 5 de janeiro de 2012, na parte que diz respeito à data de realização das referidas festas". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO – 75 ANOS DO CNE 366 – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente a seguinte proposta: "Presente um ofício da Junta de Freguesia de Brito solicitando um apoio destinado a custear as despesas com o consumo de energia originado pelas comemorações do 75.º aniversário do CNE 366, que decorreu entre os dias 1 e 4 de Julho de 2011. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Brito, de um subsídio correspondente a 50% do valor da fatura apresentada, no montante de €27,54". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – FESTA EM HONRA DE S. SEBASTIÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente a seguinte proposta: "Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de S. Sebastião, Freguesia de Guardizela, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da

Festa referida em epígrafe, realizada entre os dias 8 e 10 de julho de 2011. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Guardizela, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo elétrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €30,40. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

URBANISMO – REVISÃO DO PDM – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – Presente,

para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de fevereiro de 2012, que aprovou a prorrogação do prazo de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal por mais 11 dias úteis, de acordo com a seguinte informação técnica: "Refere-se a presente informação técnica ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso no Município de Guimarães. O período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal iniciou-se no dia 3 de Janeiro de 2012 após a respetiva deliberação do Órgão Executivo de 22 de Dezembro de 2011 e publicação em Diário da República, 2ª série, de 26 de Dezembro de 2011. Até 31 de Janeiro de 2012 e no atendimento presencial no edifício da Câmara Municipal (não existindo ainda dados relativos à consulta via internet), registaram-se a presença de 414 pessoas e a apresentação de 70 reclamações/participações. Igualmente, verificou-se também a realização de uma sessão de esclarecimentos técnicos no dia 3 de Fevereiro de 2012 bem como atendimento ao Munícipe (no âmbito do atendimento semanal do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico) sobre este mesmo tema. Tendo-se verificado o crescimento do atendimento realizado no âmbito do período de discussão pública e a formulação verbal (por parte de alguns Munícipes/técnicos) do



desejo de alargamento do período de discussão pública no sentido de possibilitar mais tempo de maturação e análise da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (e, conseqüentemente, mais tempo de apresentação de participações e reclamações), entende-se que a prorrogação do prazo da mesma discussão pública favorecerá uma maior participação dos Munícipes bem como uma discussão mais alargada sobre as opções e objetivos do Plano, potenciando assim o envolvimento de um número maior de Munícipes num processo de planeamento fundamental para o concelho. Assim, julga-se propor à consideração do Órgão Executivo que delibere proceder à prorrogação do período da discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal até 29 Fevereiro de 2012 (11 dias úteis) nos termos atrás descritos. Mais se propõe que: 1. O período de discussão pública seja contínuo e sem interrupção até 29 de fevereiro; 2. Em função deste tempo suplementar, entende-se também propor que o horário de funcionamento do mesmo período se cinja ao período da tarde (14.00 h – 17.00 h), com a condição (verificando-se uma procura acentuada) do seu alargamento ao dia todo (9.00 h – 12.30 h; 14.00 h – 17.00 h); Da prorrogação do prazo, e da respectiva autorização, deverá ser dado conhecimento aos Munícipes via presencial (Câmara Municipal de Guimarães), via internet (através do sítio da Autarquia) bem como ser publicitada em Diário da república e nos Órgão de comunicação social (através de nota de imprensa)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “Em Dezembro de 2011 comemoraram-se dez anos da elevação do Centro Histórico de Guimarães à categoria de Património Cultural da Humanidade,

atribuído pela UNESCO. Esta zona, e a cidade de uma forma geral, têm sido alvo de sucessivos arranjos urbanísticos, alterando gradualmente hábitos e práticas de utilização e fruição do espaço público, tornando-o mais aprazível e incentivador da mobilidade pedonal. A recuperação e requalificação do Centro Histórico de Guimarães tiveram o início muito antes do processo de candidatura à classificação de Património Cultural da Humanidade, sendo o trânsito automóvel uma das vertentes consideradas. O final do ano 2000 marcou um passo significativo no condicionamento de trânsito no centro histórico intramuros, com a interdição da circulação automóvel a partir da Rua de Santa Maria e consequentemente a Praça de S. Tiago, a Rua Gravador Molarinho e a Rua Dr. António Mota Prego. Apesar de contínuas contribuições para o condicionamento da circulação automóvel, não existe à data nenhum instrumento regulamentar que discipline o relacionamento entre a administração e os cidadãos num domínio tão importante como o trânsito num espaço caracterizado por arruamentos de reduzido perfil transversal. Na sua elaboração foi considerada a experiência recolhida diariamente, bem como os resultados de diferentes iniciativas que, embora com carácter pontual, permitiram aferir a recetividade para um condicionamento ainda mais efetivo, designadamente as diferentes edições de “Guimarães sem o meu carro” e a “feira Afonsina”. Pretende-se nesta medida proteger e melhorar as condições de fruição e preservação do Centro Histórico intramuros, reduzindo o impacto negativo, estético e ambiental, da circulação automóvel e potenciando a mobilidade pedonal, designadamente dos visitantes, cujo número tem claramente vindo a aumentar, assegurando simultaneamente e com a devida ponderação as operações de carga e descarga, designadamente dos estabelecimentos de



comércio, restauração e bebidas e serviços. Neste contexto, e considerando que o Centro Histórico constitui um património de inegável interesse cultural, paisagístico e ambiental, que se torna necessário preservar e proteger, é elaborado o **REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES**, nos termos do disposto na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, e alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º, alínea u) do n.º 1, alínea f) do n.º 2 e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa”. O Regulamento de Acesso à zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

NORMAS PARA A COLOCAÇÃO DE ESPLANADAS NA ZONA CLASSIFICADA COMO PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE E ENVOLVENTE – Presente a seguinte proposta:

“Com o objetivo de organizar o espaço público na área classificada como Património Cultural da Humanidade e envolvente, dotando-o de ainda melhores condições de atratividade para quem o utiliza diariamente e para todos quantos nos visitam, é objetivo do presente normativo estabelecer um conjunto de regras que visam organizar a colocação de esplanadas e do mobiliário que as integram. Não se pretende determinar a uniformização do espaço público, porque isso contraria a diversidade que o caracteriza e distingue; a intenção, e a preocupação, é disciplinar o uso de um espaço que é de todos, onde foram investidos milhões de euros do orçamento municipal, e que deve ser fruído com comodidade e segurança, o que exige a sua organização e coerência. Os

comerciantes do sector da restauração e similares constituem uma parte importante do sucesso do nosso Centro Histórico, e o investimento realizado nos seus estabelecimentos comerciais cumprem uma função primordial na atratividade que possui. Sobram, no entanto, exemplos de desorganização, de indisciplina e de abuso na utilização e ocupação do espaço público, que urge combater, principalmente no ano em que somos Capital Europeia da Cultura; mas, também, porque é fundamental garantir no futuro que toda a área classificada como Património Cultural da Humanidade mantenha a coerência e o rigor que a têm caracterizado". O referido normativo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – SENTENÇA – CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO COM A "RONSEGUR – RONDAS E SEGURANÇA, LDA" – Presente a seguinte proposta: "No âmbito do processo identificado em epígrafe o Município de Guimarães, inconformado com a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, que julgou procedente a ação administrativa de impugnação urgente (contencioso pré-contratual) que tinha sido intentada pela RONSEGUR - Rondas e Segurança, Lda., adiante apenas designada RONSEGUR, interpôs recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Este, através de acórdão de 1 de Abril de 2011, veio negar provimento ao recurso e manter a decisão judicial recorrida. O Município apresentou, então, um recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, que não foi



admitido, mantendo-se os termos do acórdão anteriormente proferido pelo Tribunal Central Administrativo do Norte. Notificado da recusa da admissão do recurso pelo Supremo Tribunal Administrativo, que transitou em julgado no passado dia 19 de Julho, foi proferido, em 13 de Outubro de 2011, despacho que declarou a existência de causa legítima de inexecução da sentença, nos termos dos fundamentos constantes de informação técnica daquela mesma data. Este despacho foi notificado à interessada RONSEGUR, que dele recorreu através de uma ação de execução de sentença de anulação de ato administrativo. Recebemos, agora, a sentença proferida nesta ação executiva que julgou procedente a execução e determinou: que o Município de Guimarães celebre com a RONSEGUR o contrato objecto daqueles autos, nos termos peticionados, fazendo cessar, de imediato, o contrato celebrado com a contrainteressada GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda., adiante apenas designada GRUPO 8; um prazo de 20 dias para o efeito; que, por cada dia de atraso, e a título de sanção pecuniária compulsória, seja pago o montante de €40/dia; Esta sentença vem confirmar a sentença anteriormente proferida que tinha determinado: a anulação do ato de adjudicação do concurso à contrainteressada GRUPO 8; a anulação dos efeitos de tal adjudicação/execução do contrato; o reconhecimento da RONSEGUR como 1.^a classificada, com a proposta mais vantajosa; a adjudicação do concurso à empresa RONSEGUR. Em face da sentença agora recebida é necessário que a Câmara Municipal, enquanto entidade adjudicante neste procedimento concursal, delibere: anular o ato de adjudicação do concurso à contrainteressada GRUPO 8, revogando a deliberação de 20 de maio de 2010, e anular os efeitos de tal adjudicação/execução do contrato; reconhecer a RONSEGUR como

1.^a classificada, com a proposta mais vantajosa e adjudicar-lhe o concurso. No decurso do prazo decorrido entre o termo do aludido procedimento e a presente data verificaram-se alterações nos locais indicados no caderno de encargos para a realização da prestação de serviços, bem como as correspondentes alterações de preço, que constam do documento que se junta como **doc. n.º 1**, e onde se encontram elencados todos os serviços (iniciais e posteriormente retirados/adicionados), e que já foram aceites pela RONSEGUR. Assim, devido a essas alterações os serviços a prestar ao abrigo deste procedimento concursal são os que constam do documento atrás referido (onde se incluem os do caderno de encargos inicial), resultando num preço total de €1.559.731,00, (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e um euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, valor que é agora necessário aprovar pela Câmara Municipal; ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de fevereiro passado, que aprovou a minuta do contrato a celebrar com a RONSEGUR, conforme documento que se junta como **doc. n.º 2**; submeter a aprovação da Assembleia Municipal a repartição de encargos por três anos, conforme documento em anexo (**doc. n.º 3**)". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AJUSTE DIRETO N.º 89/11 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – Presente, para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, o Relatório Final respeitante ao Ajuste Direto identificado em epígrafe, em anexo, que propõe a adjudicação/nomeação ao concorrente "Gaspar Castro, Romeu



Silva & Associados – SROC, Lda.”, pelo preço contratual de €38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO – FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – Presente a

seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal:

“Por despacho de 25 de janeiro de 2012 do Vereador do Património, Dr. Domingos Bragança, foi instruído por esta Divisão o presente processo referente a uma pretensão de desafetação de terreno do domínio público para posterior venda, com os seguintes fundamentos: No âmbito do processo de obras particulares nº 144/97, a Divisão de Obras Particulares verificou que o respetivo titular, Manuel Marques de Castro, ocupou indevidamente 56 m² de terreno do domínio público, sito na Rua D. Afonso Henriques, da freguesia de Sande Vila Nova, deste concelho. Em face da situação, e tendo em vista a regularização do processo, veio o referido Manuel Marques propor a aquisição daquela parcela de terreno para a integrar no seu prédio urbano. Solicitado parecer sobre a pretensão, o Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico informa não existirem impedimentos urbanísticos na desafetação da indicada parcela. Neste contexto, procedeu-se à determinação do valor a atribuir à parcela de terreno em causa, mediante a simulação de tributação do património, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, disponível no sítio da internet das Finanças, tendo sido atribuído o valor de **€1.030,00**, devendo ser acrescido o valor de **€100,00** para despesas administrativas do processo, totalizando **€1.130,00**. Notificado

daquele valor, veio o interessado comunicar que aceita adquirir a parcela de terreno pelo valor referido de **€1.130,00**. A parcela de terreno, com a área de 56 m², confronta do Norte com Domingos Rodrigues, do Sul com Francisco José Ribeiro Jordão, do Nascente com caminho público e do Poente com Manuel Marques de Castro. Assim, caso o Município de Guimarães pretenda vender a identificada parcela de terreno, deve ser submetida à Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, uma proposta no sentido da desafetação do domínio público, para posterior venda ao referido Manuel Marques, nos termos da alínea b), nº. 4, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE PONTE – Presente a seguinte proposta: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Ponte, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 144 – Rotunda do Rio – Localiza-se na Confluência da rua S. João Batista e rua do Rio; 145 – Variante de Campelos – Tem início na rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres e termina no entroncamento com a rua Emílio Castelar Guimarães; 146 – Rotunda Francisco Soares – Localiza-se na confluência da rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres com a Variante de Campelos; 147 – Rua Engenheiro Manuel Mattos Chaves – Tem início na rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Torres e termina no entroncamento com a rua Abílio Lopes das Neves. 148 – Travessa da Urbanização de S. Gemil – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e



republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Ponte". As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE PRAZINS (SANTA EUFÉMIA) – Presente a seguinte proposta:

"Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Prazins (Santa Eufémia), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 30 – Rua João Paulo II – Tem início na rua Padre Francisco Rodrigues e termina no entroncamento com a rua 1º de Janeiro; 31 – Rua do Outeiro – Arruamento sem saída, com início na rua António Fernandes Lima. 32 – Rua da Lage – Arruamento sem saída, com início na rua Padre João Moreira Leite. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Prazins (Santa Eufémia)". As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ATÃES – Presente a seguinte proposta:

"Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Atães, aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 45 – Rua da Estrada Nacional 206 – Tem início na rua de Sairrão e termina no limite do concelho com Fafe; 46 – Rua de Sendim – Tem início na rua Nª Sr.ª da Guia e termina no entroncamento com a travessa da Devesa; 47 – Travessa da Ordinha – Tem início na rua com o

mesmo nome e termina no entroncamento com a travessa do Pulo (Aldão); 48 – Travessa N^a Sr.^a da Guia – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Atães”. As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LORDELO

– Presente a seguinte proposta: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Lordelo, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 144 – Calçada de Gainde – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Lordelo”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SANDE (S. LOURENÇO)

– Presente a seguinte proposta: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande (S. Lourenço), aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 37 – Rua da Fonte – Arruamento sem saída com início na rua de Lamas. 38 – Travessa Fonte de Aviz – Tem início na rua com o mesmo nome e termina no entroncamento com a rua de Travanca. 39 – Travessa da Veiga – Tem início na rua com o



mesmo nome e termina no limite de freguesia com Caldelas. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Sande (S. Lourenço)". As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – MERCADO MUNICIPAL – HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE BANCAS E TALHO – Presente a seguinte proposta: "Na sequência

da desistência do direito de ocupação de alguns espaços comerciais do Mercado Municipal encontram-se ainda por concessionar quatro bancas e um talho, conforme discriminado no Regulamento da Hasta Pública em anexo. Temos conhecimento, porque solicitado junto dos nossos serviços, que continuam a existir pessoas interessadas na adjudicação destes espaços comerciais no Mercado Municipal, pelo que se propõe a abertura de um novo procedimento de adjudicação do direito de ocupação dos referidos espaços comerciais, através da realização de uma nova hasta pública, cujo programa seria idêntico ao das anteriores e que se junta em anexo com as necessárias adaptações. Propõe-se, ainda, a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da Hasta Pública, da qual farão parte os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão - Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa. 2.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. Vogal suplente – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Em

caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal”. O Programa da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TURISMO – TAXA DE ALUGUER DE AUDIO-GUIAS DESTINADOS ÀS VISITAS TURÍSTICAS

– Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães adquiriu no final do ano de 2011, trinta aparelhos leitores de MP3, destinados a serem alugados por visitantes e turistas em visitas áudio-guiadas, utilizando ficheiros mp3 pré-configuradas para visitas já devidamente organizadas pelos nossos serviços. Pretende-se que este serviço seja disponibilizado em aluguer de 24h com um custo de 5€ (IVA incluído). Para se proceder à cobrança desta taxa é necessário a sua integração e respectiva aprovação pelos órgãos do município. Apresenta-se assim a proposta em reunião de Câmara para posterior envio à Assembleia Municipal”.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

21 - EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 14 DE JULHO DE 2011, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA DELIBERAÇÃO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, no âmbito do quadro de competências e atribuições na área da Educação, e conforme o disposto na alínea d), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procedeu, em devido tempo, à atribuição de apoios no domínio da Ação Social Escolar aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o ano letivo de 2011/12 (Deliberações de Câmara de 11/07/14 e de 11/12/07). Atendendo a que recentemente foram apresentados



pelo Agrupamento de Escolas Virgínia Moura dois novos pedidos de atribuição de apoios, por motivo de transferência de uma aluna e de não comunicação, em devido tempo, da atribuição de escalão a outra, e considerando que: a) as diretrizes no Ministério de Educação vão no sentido de que sempre que um aluno carenciado seja transferido de escola, tenha direito de novo ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares não sejam os adotados na escola de origem (número 3, do artigo 7º, do Despacho nº 18 987/2009, de 17 de Agosto, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar); b) em resultado da aplicação dessas diretrizes, a verba atribuída àquele Agrupamento de Escolas deverá ser reforçada, propõe-se a retificação da deliberação de Câmara de 14 de julho de 2011, com as alterações introduzidas pela deliberação de 7 de dezembro de 2011/12/07, e a atribuição de €65,60, conforme mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO MINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: A Escola de Direito da Universidade do Minho solicitou através do CEDU - Centro de Estudos em Direito da União Europeia, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de participantes presentes na final regional do "European Law Moot Court Competition" que se realizará no dia 18 de Fevereiro no Tribunal da Relação de Guimares. Assim, considerando que se trata de um evento mobilizador do estudo do Direito da União Europeia, de relevância académica e que conta com o apoio das instituições europeias, e uma vez que não há inconveniente para os serviços a

disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 7 de janeiro de 2012, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para ratificação o apoio concedido bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB1 DE TEIXUGUEIRAS – SILVARES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1/JI de Teixugueira, freguesia de Silvares, solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos ao Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, no dia 23 de Fevereiro. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, propõe-se o deferimento do pedido que deverá ser aprovado pelo executivo camarário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 DE ABAÇÃO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A EB 2,3 de Abação solicitou a colaboração do município através da cedência do autocarro para efetuar o transporte dos alunos das EB1/JI da área de abrangência para a feira do livro a realizar nesta escola nos dias 5 e 6 de Março. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – FINAL DO 8.º CAMPEONATO DE

**JOGOS MATEMÁTICOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO -**

Presente a seguinte proposta: "O Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos de varias escolas do Concelho, no dia 9 de Março ao Estádio Universitário de Coimbra. Assim, considerando que se trata de uma competição de relevante interesse pedagógico, inserida nas atividades desenvolvidas na disciplina de matemática, e não haver inconveniente para os serviços da viatura em causa e sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a aprovação do executivo camarário o apoio solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista, para além do limite legal de trabalho, em dia de trabalho semanal". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – JUNTA DE FREGUESIA DE DONIM - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO -

Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Donim solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para transportar as crianças do Centro Social e Paroquial de Donim à Biblioteca Raul Brandão, no dia 5 de Abril. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho 8 de fevereiro de 2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a Reunião de Câmara". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1/JI AULA

– CONDE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: "A APESMACO – Associação de Pais da Escola EB1/JI

Aula Conde solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para transportar os alunos ao Centro Cultural Vila Flor, no próximo dia 10 de Abril. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho 8 de fevereiro de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1/JI DE LACETE – TABUADELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1/JI de Lacete – Tabuadelo solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 17 e 19 de Abril, ao Museu Alberto Sampaio. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 22 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de



Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GRUPO DESPORTIVO UNIÃO TORCATENSE – PAVIMENTAÇÃO DOS ACESSOS AO CAMPO DE FUTEBOL DE S.TORCATO

- Presente a seguinte proposta: "Em Dezembro de 2011, o Grupo Desportivo e Recreativo "UNIÃO TORCATENSE" solicitou a pavimentação dos acessos ao campo de futebol, denominado "Arnado", da freguesia de S. Torcato. O Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, verificando a necessidade de realizar a drenagem das águas pluviais, assim como a pavimentação dos arruamentos de acesso ao campo, estimando-se um investimento de €28.495,32, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à ratificação do executivo camarário o apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €28.495,32." O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – INFORMAÇÃO SOBRE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – ÉPOCA DESPORTIVA 2010-2011 – RATIFICAÇÃO DOS SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS –

Presente a seguinte proposta: "No seguimento da deliberação em reunião de Câmara de 13 de janeiro de 2011, informamos que foram efetuados os pagamentos abaixo discriminados durante o ano de 2011, tendo por base a apresentação dos relatórios dos respetivos programas de desenvolvimento desportivo e dos respetivos eventos. Informamos, ainda, que tendo em conta que alguns clubes não conseguiram apresentar os respetivos comprovativos das despesas efetuadas, não se concedeu o respetivo apoio contratualizado. Pelo que, para além de alguns acertos realizados, face à análise dos relatórios, não cumpriram os contratos programas três associações. Todos os outros apresentaram os elementos necessários dentro dos prazos fixados. Assim, foram pagos, efetivamente, durante o ano de 2011, os seguintes subsídios: -----

Apoio à Formação	SUBSÍDIO
Vitória SC	120.000,00 €
Moreirense FC	25.000,00 €
FC "Os Piratas de Creixomil"	15.000,00 €
Pevidém SC	12.500,00 €
CD Xico Andebol	10.000,00 €
GDR "Os Amigos de Urgeses"	10.000,00 €
Os Sandinenses GDRC	10.000,00 €
Clube Caçadores Taipas	5.000,00 €
Casa Povo Fermentões	10.000,00 €
CART	7.500,00 €
CCD Desportivo de Ronfe	7.500,00 €
Brito SC	7.500,00 €



Apoio à Formação (continuação)	SUBSÍDIO
GRUFC	5.000,00 €
Associação Juvenil Karaté	5.000,00 €
ARC Penselo	3.000,00 €
ACR Lordelo	2.500,00 €
GD Unidos do Cano	2.000,00 €
ARCS Fair Play	1.500,00 €
CD CERCIGUI	1.500,00 €
Moreira Andebol Clube	625,00 €
Guimarães Futsal Clube	1.000,00 €
ASS Moradores Emboladoura	1.000,00 €
CSCDR Vila Nova de Sande	1.000,00 €
ARCAP	750,00 €
GD União Torcatense	750,00 €
GRC Aldão	750,00 €
Centro Social Brito	500,00 €
AJ Fair Play	500,00 €
UD Airão	250,00 €
CSCR Candoso	250,00 €
Eventos desportivos	SUBSÍDIO
AFPG	15.000,00 €
ACM	1.500,00 €
Associação Xadrez Braga	2.500,00 €
TOTAL	€286.875,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE
LAVROU A PRESENTE ATA. -----